

Políticas de currículo e pandemia: rupturas da vida (im)possível desde uma teoria discursiva responsável

CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR
Líder do Grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade

COSTA, Hugo Heleno Camilo
Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT
Vice-líder do Grupo de pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade

Introdução

O acontecimento, que é irreduzível finalmente à apropriação midiática ou à digestão midiática, é que houve milhares de mortos. São acontecimentos cada vez singulares, que nenhum dizer de saber ou de informação poderia reduzir, nem neutralizar. (...) É preciso analisar isso sobre o plano político-histórico, sem esquecer, se possível, que do acontecimento teve lugar que aí não se reduz em nenhum caso. Do acontecimento que não se reduz talvez a nenhum dizer. É o indizível: são os mortos, por exemplo, os mortos. (Derrida, 2012, p. 250)¹

A escrita deste texto – ou desta política – se acomoda como um dos muitos exercícios que temos feito no *Grupo de Pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade* para mantermos o *respirar*, a vida (im)possível até agora contornada pela pandemia em tempos de governo genocida. Diante de mais de quinhentas mil vidas ceifadas no país, o indizível do acontecimento, pois “são os mortos, por exemplo, os mortos.”, como lembra a ponderação de Derrida (2012, p. 250) a abrir o texto, tornou mais aguda nossa atenção à produção de uma teoria responsável na educação. Neste *convite para pensar a vida, o luto, a sobrevida como versão mais intensa da vida, a educação, as escolas, subjetivações, alteridades, direitos de ser e afirmar em um contexto agudo e, neste gesto, tramar um encontro de trabalhos com leituras plurais sobre tudo o que consideramos coletivamente como de interesse curricular*, movemos nossa escrita na tentativa de realçar *como nossas investigações curriculares interagem com o questionamento do acontecimento, imprevisto, insondável*. Nos propomos, então, *afirmar os significados produzidos por nossos estudos curriculares como respostas à vida (im)possível frente ao que interpretamos como questionamento emergente*,

¹ Em texto pronunciado durante o seminário “Dire l’événement, est-ce possible?”, em 1º de abril de 1997, no Centro Canadense de Arquitetura, Derrida se refere aos efeitos da invasão dos Estados Unidos no Iraque, em março de 2003 – publicizada como guerra do Golfo Pérsico – que deixou 3.664 civis mortos.

trazendo à reflexão o movimento que temos feito no registro discursivo ou pós-estrutural em direção a uma teoria responsável. A teoria responsável ou personificada vincula-se à problemática da (im)possibilidade de dizer *a* experiência, como irreduzível e incontornável, ou, para dizer de outro modo, de dizer a problemática do acontecimento.

Experiência e acontecimento, como referências à inscrição da vida e da educação entre nós – na linguagem, entre tudo –, são assim pensadas como o *im-possível*, em contestação a toda uma “(...) grande tradição da *dynamis*, da potencialidade” (DERRIDA, 2012, p. 244), da filosofia transcendental em sua discussão das condições de possibilidade do ser, “(...) do que quer dizer ser e ser possível.” (p.241). Temos que a enunciação de algo como possível já intercepta a sua chegada, uma vez que “A chegada do que chega é o outro absoluto que cai sobre mim” (p. 241). Assim, na teoria responsável ou personificada, a educação, como a vida, é afirmada *como relação* a uma alteridade radical. Ela exercita a rejeição à transparência protocolar das intenções e expectativas alheias ao viver como um momento de abertura à alteridade.

Um dos modos de pensar a alteridade, para Derrida, é afirmá-la como hospitalidade. “O hóspede absoluto é esse que chega para o qual não há nem mesmo horizonte de espera, esse que, como se diz, fura meu horizonte de espera ao passo que não estou preparado nem mesmo para receber aquele que vou receber.” (*Idem*). Derrida entende que, na relação com a alteridade, a hospitalidade não incide simplesmente em receber o que se é capaz de receber, pois devo receber o que recebo “(...) lá onde a vinda do outro me excede, parece maior que minha casa” (p. 241), desordena o meu viver, a minha vida. Sem tal desordem não há hospitalidade, acontecimento, experiência, alteridade.

Neste aspecto, a teoria responsável tem sido assumida no *Grupo de Pesquisa Políticas de Currículo e Alteridade* como um modo de realçar um pensamento sobre o educar e o viver irrestritos a um saber, a uma expectativa, a um dever ser, que bloqueiem a alteridade. Afirmamos o educar como um esforço por manter aberta a relação com o outro, para a sua acolhida sem espera, “(...) como experiência não nula (portanto possível) da impossibilidade (...)” (DERRIDA, 2012, p. 83), que desloca a vida para uma (incontornável) experiência singular. Nossas discussões encetam o educar como experiência política do impossível e, por essa via, na afirmação da educação como relacionalidade, constituímos um crescente de estudos que tomam a produção incessante

da diferença – a *différance* derridiana – bem como a pesquisa em currículo nas escolas e sobre as políticas, como disparadoras de *disrupção*.

Este pensamento tem sido esgarçado a partir de uma rede de investigação mais ampla, coordenada no âmbito do PROPEd-UERJ², para a qual a ação curricular e a ação de pesquisa consistem em intervenções disruptivas na escola, rupturas inscritas pelo educar na pesquisa e pelas pesquisas no educar. Para Miller (2004, p. 176), neste caso, a mudança da escola tende a ser compreendida para além das “(...) categorias normalizantes, exclusionárias e reificadas de sentidos, identidades e trabalho de professores e pesquisadores que querem criar espaços na escola para uma multiplicidade de sujeitos e conhecimentos.”. Alguns de nossos trabalhos vêm tratando de aspectos dessa discussão, como em Cunha e Ritter (2020), Cunha (2019), Costa e Cunha (2019), Cunha, Costa e Oliveira (2019), Cunha e Lopes (2017) e Cunha e Almeida (2017), ao assumirem, especialmente, a teoria do discurso laclauiana e a desconstrução derridiana como referenciais que permitem conceber a política curricular em atenção à educação como relação com a alteridade.

Como temos defendido com Ernesto Laclau (1994), a responsabilidade, no escopo de uma teoria personificada, é a reivindicação e possibilidade do ético, de não se responder, ao educar, fora da relação, por antecipação, pelo outro que não se encontra, tal como fazem as políticas curriculares centralizadas que investigamos. Nossas pesquisas têm escrutinado as políticas de base comum nacional da educação básica e da formação de professores, e aquelas desdobradas no estado de Mato Grosso por dinâmicas prescritivas, na tentativa de controlar o trabalho dos professores e de fixar competências e conhecimentos para a formação de identidades plenas. São marcas dessa produção teórica, constituída também das investigações de mestrado do grupo, a rejeição ao realismo e à transparência protocolar da previsibilidade (alheia ao educar) e a afirmação da política pública como instância em que a alteridade se inscreve, de modo inerradicável, como respostas ao viver nas escolas.

Em nossos estudos, consideramos que a educação, como *acontecimento*, se confunde com o próprio ato da linguagem, pois tem a ver com a experiência do viver e de dizer o viver como promessa. De tal modo, por entendermos que “A promessa é o elemento mesmo da linguagem” (DERRIDA, 2012, p. 248), pesquisar, teorizar e educar são tomados como estruturas abertas de produção de sentidos num mundo em que nem

² Nos referimos ao Projeto “Uma alternativa às políticas centralizadas: formar professores e produzir currículo nas escolas”, coordenado por Elizabeth Macedo, financiado pelo CNPq.

uma significação essencial nem a emersão de um saber de constatação são passíveis de realização. Assim, parte considerável das pesquisas tem investido na investigação de narrativas autobiográficas e opera com uma abordagem não linear das vidas dos professores e professoras, para considerar a vida mesma de docentes e estudantes como imbricada em dimensões constitutivas do processo educativo, da formação continuada de professores, das questões curriculares. Outra parte de nossos trabalhos tem se voltado aos processos (tentativas) de controle curricular, às articulações processadas nos discursos de uma nova ordem política em cada contexto, e centrado o foco nos documentos curriculares que buscam representar, sem poder (sem garantias), a política.

Das narrativas autobiográficas: a experiência curricular como ruptura

Com as narrativas, tencionamos explicitar o que Miller (2014) denomina como aspectos incognoscíveis a comporem a experiência educativa, como “detalhes bagunçados da vida” (p. 2051), comumente negligenciados pela cultura da testagem. Nosso esforço é o de considerar “(...) ao invés de rejeitar – o divergente, paradoxal, inesperado e desconhecido da vida em sala de aula.” (MILLER, 2014, p. 2060) e nas escolas, como irredutíveis à experiência educativa. A autobiografia é, por isso, deslocada “(...) de uma tradição de investigação caracterizada pela linearidade e transparência baseada na evidência para a consideração da experiência como o terreno do impossível, porque feita de alteridade (CUNHA; RITTER, 2017, p. 13). Interessam os *excessos*, como histórias, contextos, em que a significação do que seja educar, currículo, viver, se recusa a ser fossilizada por perspectivas de regulação.

A pesquisa de **Eudes Arrais Góis**, defendida em 2020, intitulada “Sentidos de educação e educação matemática em disputa na política curricular em Mato Grosso: os professores de matemática e seus discursos”, investigou a produção curricular em matemática nos anos finais do ensino fundamental em um contexto de amplificação da prescrição. O estudo partiu de uma discussão mais ampla sobre a política curricular, buscando pensar as lógicas e racionalidades em curso, defendendo que a política não cessa no momento em que os textos políticos são definidos/assinados. A autobiografia foi assumida, considerando a perspectiva do sujeito como relacional (MILLER; MACEDO, 2018), bem como uma teorização pautada na compreensão do currículo como uma prática cultural.

A pesquisa de **Cláudia Sales Ritter**, intitulada “A política curricular na escola de ensino fundamental: sentidos de qualidade de educação para além da mensuração”, objetiva investigar sentidos de qualidade da educação junto a professoras, a partir da atuação docente na escola de ensino fundamental, visando identificar e discutir aspectos da qualidade não quantificáveis e que não são considerados nas políticas curriculares e nas avaliações padronizadas. A opção de trabalhar com narrativas autobiográficas, com base em Miller e Macedo (2018), é assumida como um modo de demonstrar a complexidade implicada na política curricular que almeja a (boa) qualidade da educação. Currículo está sendo entendido, a partir da discussão pós-estrutural de Lopes e Macedo (2011), como prática de significação.

Gabriel Nascimento dos Santos realizou a pesquisa intitulada “A produção curricular a partir de uma perspectiva autobiográfica”, cujo objetivo foi investigar a produção acadêmica denominada pós-crítica (e que envolve ou é constituída por diferentes “pós”, como o enfoque pós-estrutural, o enfoque pós-colonial, o enfoque pós-fundacional), gerada no âmbito de grupos de pesquisa nacionais, visando entender como currículo tem sido significado em contraposição às lógicas curriculares prescritivas e padronizadas. O estudo fundamentou-se, especialmente, em Lopes e Macedo (2011), para assumir a noção de currículo como prática de significação, em Miller (2014), que se propõe a estranhar as versões normalizadas de ser professor, de escola, de educar, de formar professores etc., em Peters (2000), Hall (2005) e Silva (2005), com os quais foi possível pensar o pós-estruturalismo como uma corrente ampla de pensamento que toma a linguagem e o social como constitutivamente implicados.

A pesquisa de **Silvany Soares de Oliveira** concentra-se na produção curricular em história nas escolas da rede estadual de Mato Grosso como política pública de currículo. Ampara-se nos estudos de Pinar (2014; 2016), de Janet Miller (2014), de Janet Miller e Elizabeth Macedo (2018) e de Thiago Ranniery e Elizabeth Macedo (2018), buscando ancorar o trabalho de investigação com narrativas autobiográficas, associando a noção de autobiografia, currículo e política curricular como política pública.

Da política curricular como tentativa de controle

Neste conjunto de pesquisas, sem distanciar-se da perspectiva de uma teoria responsável, outros estudos de mestrado tentam dar conta de discutir a política

curricular amparando-se nos estudos de Ernesto Laclau e de Stephen Ball. Voltam-se, sobretudo, aos documentos “oficiais” para entender e problematizar a conformação de discursos de uma “nova” ordem política, justificada como necessária e urgente.

A pesquisa de **Paulo Henrique Barbosa**, ainda em fase inicial, foca a problemática da política curricular do Ensino Médio para o ensino de Filosofia, no contexto do avanço do neoliberalismo no campo educacional. O Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe (1992) orienta a pesquisa, assumindo-se a noção de *contexto* – instância de produção das políticas. A análise discursiva a ser desencadeada na investigação, que focará os documentos da atual reforma do ensino médio e a BNCC, conforme corrobora Lopes (2011), permitirá entender a política, simultaneamente, como *discurso e texto*.

A investigação de **Tatiane Nogueira Santos** interpela a subjetivação dos professores formadores da área de matemática do ensino médio da Diretoria Regional de Educação (DRE) - polo de Rondonópolis (MT), que modificou, recentemente, a política de formação continuada de professores, passando a denominar o professor formador como monitor. Se apoia em Macedo (2006), Ball e colaboradores (2016), Macedo e Lopes (2011), para defender o currículo como uma prática cultural; em Macedo e Miller (2018) e em Laclau e Mouffe (2011), para pensar a subjetivação; e em Macedo e Ranniery (2018), com os quais assume a noção de sujeito relacional e de política de currículo como política pública. Serão investigados documentos curriculares assinados pela SEDUC-MT, que orientam a política educacional e a formação continuada. Também, estão sendo organizadas entrevistas com professores formadores da área de matemática e, para isso, a Teoria de Atuação de Ball e colaboradores (2016) é associada às narrativas autobiográficas, tendo por base Macedo e Miller (2018).

A investigação de **Sylvia Alessandra Fragoso Sousa Silva** se volta a problematizar os sentidos em disputa na política de formação continuada dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Rondonópolis (MT), considerando o momento de instituição da política de BNC-Formação (Resolução CNE nº 2/2019) no país. Indaga, como problema central, que sentidos de formação continuada são privilegiados no contexto da prática de formação de professores, ancorando-se na Abordagem do Ciclo de Políticas, de Ball e colaboradores (1992). Dois contextos estão sendo focados: o contexto de influência, como sendo as políticas nacionais de formação, e o contexto da prática, como sendo o

contexto onde a formação continuada de professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino se realiza (SEMED – Departamento de Formação).

Por fim, seguimos com o educar e com o pesquisar como rupturas da vida (im)possível

Considerando o conjunto de temas e problematizações que tem sido abordado em nossas pesquisas, apostamos em leituras discursivas e críticas produzidas como alternativas às expectativas gerenciais, controladoras e genocidas que marcam um cenário de sobrevida na pandemia. Pensamos como sobrevida todas as produções intelectuais que pautam os distintos envolvimento curriculares, educativos e, portanto, políticos, voltados à afirmação de uma potência dinamizada na relação com a alteridade, com aquilo mesmo que, considerando ou não como contexto “normal”, segue produzindo questionamentos quanto ao que podemos fazer ante aos acontecimentos, ao imprevisível, ao impensável da vida. Pensar o currículo por estas vias discursivas têm sido afirmá-lo como oportunidade de sempre poder produzir sentidos na política e, portanto, nos contextos em que atuamos.

Nesse sentido, nossos trabalhos não buscam afirmar rupturas ou condições plenas sobre o que quer que seja no currículo, mas provocar às oportunidades que surgem mesmo em situações em que nos vemos atacados, como identificações em defesa de uma educação mais plural e democrática, por lógicas negligentes à vida. Pensamos nossos trabalhos e as provocações feitas pelo GT Currículo, nesta edição do trabalho encomendado, como um exemplo de como podemos nos solidarizar na interpretação de possibilidades de intervenção, de adiamento de projetos agressivos por meio da afirmação do que temos como projetos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. S. de; CUNHA, É. V. R. da. Campos de experiência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): evocando o conhecimento a ser ofertado na educação infantil. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, M. B. de. **Políticas de currículo: pesquisas e articulações discursivas**. Curitiba: CRV, 2017. p. 149-167.

BALL, Stephen J., MAGUIRE, Meg, BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London, New York: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB/CNE, 2017.

CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da Cunha. Permanecer na luta: por uma política radical e plural de currículo. **Revista de Educação Pública**. V.28, N. 68, p. 357-377 maio/ago. 2019.

CUNHA, Érika. V. R. da; COSTA, Hugo H. C.; BORGES, Veronica. Desconstrução, alteridade e tradução: percursos investigativos nas políticas de currículo. LOPES, Alice C.; SISCAR, Marcos. **Pensando a política com Derrida**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 179-200.

CUNHA; Érika Virgílio Rodrigues da; 2017; LOPES, Alice. Casimiro. Base Nacional Comum Curricular no Brasil: regularidade na dispersão. **Revista Investigación Cualitativa**. v. 2, n. 2, 2017, p. 23-35.

CUNHA; Érika Virgílio Rodrigues da; RITTER, Cláudia Salles. A experiência como perturbação à prescrição na política curricular. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2020| e23890 E-ISSN 2177-6059. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23890/15750> Acesso em: 13 jun. 2020.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Texto pronunciado por Jacques Derrida durante o semi-nário “Dire l’événement, est-ce possible?”, em 1º de abril de 1997, no Centro Canadense de Arquitetura. **Revista Cerrados: Acontecimento e Experiências Limites**, v. 21 n. 33, p. 230-251, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, 104p.

LACLAU, Ernesto. Ética, normatividade y la heteronomía. In: _____. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2004, p. 155-169.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. 3. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011. 248 p.

LOPES, Alice Casimiro. A Teoria da Atuação de Stephen Ball: E se a Noção de Discurso Fosse Outra? **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. Vol. 24, Nº. 25, 2016. ISSN 1068-2341

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas. In: _____. DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes de. (Orgs.). **Discurso nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth F. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E.; RANNIERY, T. Políticas públicas de currículo: diferença e a ideia de público. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 739-759, set./dez. 2018. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 10 nov. 2019.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação** v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a07v11n32.pdf> Acesso em: 12 ago. 2019.

MILLER, Janet L. Autobiografia e a necessária incompletude das histórias de professores. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, jan./dez. p. 23-40, 2021.

MILLER, Janet L. **Sounds of silence breaking**. New York: Peter Lang, 2005.

MILLER, Janet L. Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 12, n. 03 p. 2043-2063 out./dez 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum> Acesso em: 25 out. 2019.

MILLER, Janet L; MACEDO, Elizabeth. Políticas públicas de currículo: autobiografia e sujeito relacional. **Praxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 948-965, set./dez. 2018.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINAR, William. Currículo: uma introdução. In: _____. **Estudos curriculares: ensaios selecionados**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 19-49.

PINAR, William. Entrevista com William F. Pinar por Maria Luiza Sússekind. **Revista Teias**. v. 14. n. 33, 2013, pp.206-214. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24376>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.